

FHC se esforça para convencer aliados

Economia - Brasil

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

A crise é econômica, mas os problemas do governo vão além dos números absurdos das contas públicas brasileiras. Apresentado o pacote fiscal, o presidente Fernando Henrique Cardoso se dedica à política. Quer mostrar ao país e ao mundo que seu governo tem credibilidade para fazer o Congresso aprovar as medidas de ajuste. Nos últimos dois dias, o presidente e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, se entregaram à tarefa exclusiva de convencer deputados e senadores de que eles têm a responsabilidade de tirar o Brasil da crise.

Fernando Henrique pediu aos senadores cuidado ao divulgar opiniões sobre o ajuste. Lembrou que todas essas declarações estão disponíveis na Internet e que a rede alcança milhares de pessoas. "Qualquer reação negativa do Congresso neste momento pode gerar incredulidade lá fora em torno de nossa capacidade de aprovar o ajuste", interpretou o senador Esperidião Amin (PPB-SC), governador eleito de Santa Catarina.

Num jantar anteontem com senadores governistas no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente Marco Maciel, Fernando Henrique mostrou que o Congresso brasileiro está na agenda de preocupações dos países ricos. Num telefonema, o presidente

norte-americano, Bill Clinton, perguntou a Fernando Henrique sobre as chances de aprovação do pacote. Quis saber mais, indagando se a eleição alterou a base de apoio do governo no Legislativo. O presidente brasileiro respondeu que estava confiante e contou que Clinton está empenhado para ajudar o Brasil a vencer as dificuldades. "Ele é nosso aliado", teria dito em tom de brincadeira.



FHC, com Malan ao lado, fala a aliados sobre a necessidade de aprovar o pacote

taram a ser usados por Malan — como fizera com os deputados — para ilustrar os efeitos da crise sobre paí-

ses que não ajustaram suas contas. Malan sacou da pasta a revista *The Economist*, que traz reportagem de

capa sobre a possibilidade de a China ser a próxima vítima do furacão. Repetiu o gesto ontem de manhã, em audiência no plenário do Senado. O ministro falou mais que o presidente, que saiu antes de o jantar ser servido.

Como os deputados, os senadores estão mais preocupados com o peso do ajuste sobre o funcionalismo e com os cortes no orçamento. Mas foram solidários. E pediram que as medidas sejam enviadas de uma só vez. O prazo para ajustar as contas estaduais aos limites da Lei Camata — que não permite gastos com pessoal superiores a 60% da receita líquida — poderá ser de apenas um ano, e não dois, como vinha negociando a ministra Cláudia Costin (Administração). "Ninguém pula do precipício com dois pulos. Tem que ser de uma vez", disse o líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES).

As atenções se voltam agora à conclusão da reforma da Previdê-

cia, marcada para a próxima quarta-feira, na Câmara, e ao estudo de alternativas às idéias divulgadas por Malan. A maior dificuldade é fazer com que deputados não reeleitos apareçam para votar. Outro problema são os governadores. E não apenas os de oposição, mas aliados como Roseana Sarney (PFL), do Maranhão. A governadora estará na terça-feira em Brasília para conversar com sua bancada sobre o pacote. Por enquanto, só críticas: "Chega, recessão não dá mais. O princípio federativo está indo embora e não ouviram os governadores, interferindo na administração dos estados".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), informou que a consultoria jurídica da Casa estuda proposta que possa gerar a receita estimada com o aumento da alíquota da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%, de R\$ 7,2 bilhões para 1999.